

XVII SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA

História Econômica e Demografia Histórica

Expansão da cafeicultura e urbanização em Varginha, 1882-1920

Natânia Silva Ferreira¹

Alexandre MacchioneSaes²

Resumo: Varginha, situada no Sul de Minas Gerais, foi emancipada da cidade de Três Pontas em 1882 e, em suas quatro primeiras décadas de existência como cidade, passou por transformações urbanas importantes que tiveram como base, dentre outros fatores, a expansão da cafeicultura pelo Sul de Minas Gerais na transição do século XIX para o XX. Assim, esse texto pretende entender como Varginha passou de uma freguesia com poucos habitantes, no século XIX, a um relevante município para o Sul de Minas Gerais, logo no início do século XX, destacando os principais personagens que conduziram a cidade nesse processo.

Palavras-chave: Varginha. 1882-1920. Cafeicultura. Urbanização.

¹Mestranda do Programa de História Econômica da FFLCH-USP.

²Professor do Departamento de Economia da FEA-USP.

Expansão da cafeicultura e urbanização em Varginha, 1882-1920

A cidade do Espírito Santo da Varginha foi constituída em 1882. Para o Sul de Minas Gerais, este era um momento de expansão da produção de café que teria capacidade de abastecer mercados nacionais e internacionais. A introdução da rubiácea na região pode ser observada algumas décadas antes de 1880, sua produção ainda dominante em chácaras e mediante plantações com reduzido número de pés, dificilmente teria condições de participar do comércio nacional. Todavia, ao longo das duas décadas finais do século XIX, reproduzindo o deslocamento da produção da região do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, em Minas Gerais é possível observar não somente a expansão das áreas produtoras no norte da Zona da Mata, mas também a abertura de nova fronteira agrícola voltada ao café no estado, a região do Sul de Minas³.

Varginha, desta forma, pode ser considerada como uma cidade que foi resultado dessa nova dinâmica econômica criada pela expansão da cafeicultura, tendo seus personagens e suas atividades nucleares intimamente conectadas à economia cafeeira. É importante lembrar, todavia, que a introdução do café na região foi bastante desigual. Ainda que a cafeicultura possa ter impulsionado transformações que impactavam mais estruturalmente todas as cidades do Sul de Minas, como com a implantação das ferrovias, a abertura de agências bancárias, a ampliação das atividades mercantis na sociedade sul-mineira, apenas duas áreas no Sul de Minas aprofundaram a produção de café: de um lado, os municípios que margeavam a fronteira de São Paulo, fazendo parte do transbordamento da cafeicultura atendida pela ferrovia Mogiana, e de outro lado, mais ao centro da região, aqueles municípios que estavam ligados ao comércio com o Rio de Janeiro, atendidos pelas ferrovias Minas & Rio e Muzambinho. A cidade de Varginha, possivelmente, foi o núcleo dessa segunda área produtora, concentrando já nos primeiros anos do século XX não somente uma grande quantidade de estabelecimentos de beneficiamento de café, mas também os mais diversos serviços urbanos que atenderiam os municípios ao redor.

O presente artigo pretende, portanto, apresentar a trajetória da urbanização de Varginha durante suas primeiras décadas de existência como município, momento em que a localidade conseguiu se consolidar como uma das principais cidades da região. A pesquisa se valeu, para tanto, dos inventários depositados no Fórum do Município de Varginha para o período entre 1882 e 1920, assim como as Atas da Câmara Municipal de Varginha para este mesmo período. Acreditamos que será possível observar como essa trajetória de urbanização da cidade esteve associada com a expansão da cafeicultura, o que daria a substância material para a transformação da cidade.

A formação de Varginha: de freguesia à cidade

Era final do ano de 1882, a então freguesia de Espírito Santo da Varginha se movimentava para a primeira reunião da recém instalada Câmara Municipal, decretando a definitiva emancipação da Comarca de Três Pontas. A Lei N° 2950 de 7 de outubro daquele ano teria garantido a elevação da Vila de Varginha à cidade, mas ainda era preciso uma última solenidade para efetivar que Varginha fosse governada por meio de seus próprios cidadãos. Para comandar a solenidade vieram de Três Pontas o Presidente daquela municipalidade e o Secretário da Câmara Municipal. Juntos teriam percorrido

³Para a introdução do café no Sul de Minas Gerais, cf.: MARTINS, Marcos Lobato. “A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas”. In: SAES, Alexandre; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago (orgs). *Sul de Minas em urbanização*. São Paulo: Alameda, 2016.

aquelas 4 ½ léguas que separavam a sede da cidade de sua maior freguesia, seguindo pelas sedutoras curvas das montanhas de Minas Gerais.

Para alcançar a freguesia de Varginha os dois representantes de Três Pontas precisavam cruzar o Rio Mascatinho e seguir pela tradicional estrada em direção à cidade de Campanha. Varginha era demarcada também pelo Rio Verde e o ribeirão do Tacho, uma região cujas primeiras referências datavam de 1.763, especialmente por conta de ranchos e pousos que subsistiam pelo comércio regional empreendido pelas tropas de muares que seguiam de Sorocaba para as cidades mineradoras. O padroeiro da capela construída na localidade seria responsável por batizá-la de Espírito Santo – então chamado de Espírito Santo de Catanduvras por conta do mato cerrado que cobria seus campos –, e ao seu redor se elevava o arraial que, em 1806, agrupava cerca de mil habitantes.⁴ Como nos informa o *Almanach Sul Mineiro*, editado por Bernardo Saturnino da Veiga,⁵ o local passou a ser chamado anos mais tarde de Varginha, pois “situado em uma formosa eminência”, mantinha “uma planície baixa que existe na distancia de 2 kilometros da povoação (...)” (ASM, 1884, p.182).

Em meados do século dezenove, quando o arraial de Varginha tornou-se uma freguesia de Três Pontas, poucos poderiam apostar que aquele povoado com suas quatro ruas, três praças e uma modesta agricultura, poderia eclipsar a importância de sua sede. Entretanto, em 1874 a localidade com seus quase seis mil habitantes livres já era formada por 288 casas, sendo dez sobrados, com dez ruas, cinco praças e “vários becos e travessas”, não perdendo muito em tamanho para sua sede, que na oportunidade contava com 350 casas, os mesmos 10 sobrados na cidade e uma população livre de sete mil e setecentos habitantes (ASM, 1874, p.144 e 175). Chegara a passar, inclusive, por um surto de Varíola em 1873 – típica doença dessas recentes aglomerações urbanas – com a morte de 30 pessoas. O núcleo da freguesia vivia, portanto, um crescimento típico das povoações brasileiras do período: um avanço contraditório, em que o moderno e o arcaico, a riqueza e a pobreza, o rural e o urbano, se enfrentavam diariamente. Por exemplo, independentemente do número de habitações da freguesia, inexistia um sistema de abastecimento de águas ou de iluminação: dependiam seus moradores de cisternas nas casas centrais e dos córregos onde a população buscava água e durante as noites ficavam às escuras, lembrando muito as antigas cidades coloniais brasileiras.

A força que impulsionava a nova dinâmica daquele povoado de Varginha, como não podia ser diferente, vinha em boa parte do campo. Sua estrutura produtiva ainda não diferia das outras da proximidade: a base da produção local se originava de fazendas diversificadas, com plantações de cana, fumo, cereais e alguns poucos pés de café que rapidamente iam se disseminando pelas propriedades. Nas redondezas da freguesia de Varginha eram 106 fazendas de cultura e, apesar do mato cerrado típico da região, apenas 18 fazendas de criação para bois – atividade intensa nas localidades vizinhas. A herança de um passado rústico e simples se manifestava por sua população livre e pobre, vivendo nos arrabaldes dessas fazendas em “inúmeras outras habitações de agregados, de camponeses pobres, de pescadores e outros indivíduos menos favorecidos de *fortuna* e talvez mais de felicidade” (ASM, 1874, p.175).

⁴Conforme relata José Roberto Sales, em fins do século XVIII o casal Francisco Alves da Silva e Dona Tereza Clara Rosa da Silva adquiriu as terras onde mais tarde se localizaria Varginha. Esse casal vendeu essas terras ao alferes Manoel Francisco de Oliveira no ano de 1806 e, mais tarde, essas terras foram doadas à diocese da Campanha (SALES, 2013).

⁵ Bernardo Saturnino da Veiga (1842-1901) foi importante membro da sociedade campanhense, editor do Monitor Sul-Mineiro, jornal que defendia a emancipação do Sul de Minas de sua Província, e autor de dois Almanques centrais para a descrição da região, publicados respectivamente em 1874 e 1884. Para o autor, cf: Pérola Maria Goldfeder e Castro (2012) e Marcos Lobato Martins (2016).

Para o ano de 1874, o relato de Bernardo Saturnino da Veiga destaca o desenvolvimento recente do comércio na freguesia de Varginha, ilustrado pelo crescimento do número de casas e de outras tantas construções, mas também por conta das transformações no campo, cujas culturas se valiam da apropriada terra para o plantio. “Nos fallando dos gêneros alimentícios cujo consumo pertence quasi exclusivamente a própria população local, a primeira cultura da freguezia é a da canna e do fumo, generos que – com o toucinho – constituem o melhor de sua exportação” (ASM, 1874, p.175). Essas mercadorias locais eram levadas de Varginha para Campanha, de onde podiam ser distribuídas pelas cidades do Sul de Minas. No caso dos porcos e dos queijos, por outro lado, chegavam a alcançar inclusive o mercado da Corte no Rio de Janeiro (ASM, 1884, p.184).

Certamente era visível aos moradores que percorriam os caminhos entre Três Pontas e a freguesia de Varginha a ascensão das atividades agrícolas movimentadas por varginhenses. Suas maiores fazendas eram predominantemente voltadas à produção de cana, todavia, não deixavam de ter áreas para outras culturas também: era a clássica grande fazenda mineira com uma estrutura produtiva diversificada. Destas fazendas com produção de cana, 35 possuíam engenho para moê-la, sendo 18 movidos por água, 14 por animais e 3 de serrar. Em comparação com as localidades ao redor, a freguesia mostrava certa pujança: Três Pontas possuía apenas 15 fazendas com engenho, Pouso Alegre 11, Campanha 18 e Três Corações 25 (ASM, 1884). Mesmo que representativo o número de engenhos e, especialmente aqueles com água que ordenavam maiores sofisticções, eram poucos os fazendeiros que somavam mais de quarenta escravos.

A disseminação da escravidão era completa pelo Sul de Minas. Não obstante, sua presença nas vilas e freguesias dependia do passado econômico destas localidades ao longo do século XIX. Cidades de tradicional atividade mercantil, como Lavras e Campanha, concentravam grandes escravarias por conta da riqueza gerada com as rendas comerciais com o Rio de Janeiro. Neste sentido, em todo o município, era a sede – Três Pontas –, que concentrava a maior escravaria local: possuía cerca de metade dos escravos de todo o município, 3059 escravos, enquanto a Freguesia de Varginha e a de Carmo do Campo Grande tinham aproximadamente mil e quinhentos escravos cada (RGB, 1872, p.119). Em suma, ainda que não fosse um grande plantel considerando cidades tradicionalmente escravistas como Campanha e Lavras, que respectivamente mantinham 6.750 e 8.380 escravos (DELFINO, 2010, p.77), Três Pontas, na década de 1870, mantinha-se como residência da elite local e principal área produtora em comparação com Varginha. Mas, ao que parece, não por muito tempo.

Varginha, no fundo, tinha algumas justificativas para sustentar sua emancipação: o número fazendas e de sua produção agrícola, o crescimento da população de sua freguesia, a participação de alguns comerciantes locais nos circuitos mercantis regionais, enfim, um dinamismo tão representativo quanto aquele de Três Pontas. Buscar a emancipação era alcançar autonomia para gerir seus gastos, criar projetos para as prioridades dos munícipes que lá viviam. O núcleo urbano de Varginha crescia e não acompanhava suas necessidades: com mais de cinquenta casas levantadas no período de 1874 e 1884, que já não atendiam a demanda local, vivia o encarecimento do aluguel.

No que diz respeito ao comércio local, o Almanaque de 1884 informava: “Possue a cidade diversas fabricas de licôres, cerveja, vinho e de velas de cera para exportação” (ASM, 1884, p.185). Dentre as profissões e atividades urbanas eram listados três açougues, quatro advogados, quatro alfaiates, duas fábricas de cerveja e licores e sete casas de fazenda. Mas a verdade era que, apesar de um dinamismo recente, a freguesia não passava de uma povoação urbana pequena e pobre, como tantas outras.

Varginha não tinha encontrado ainda sua vocação econômica. Esta, curiosamente, estava em gestação justamente no momento de elevação da freguesia à cidade.

Foi então, no domingo de 17 de dezembro de 1882, dia de São Lázaro, que a primeira eleição do município de Varginha finalmente se realizou:

O senhor Presidente installador da Villa, convidou o Senhor Vereador Joaquim Antonio da Silva para ocupar a cadeira da presidência, e presidir a eleição do Presidente effectivo que tem de servir nesta Camara, pôr reconhecer ser ele o mais velho dos vereadores presentes conforme percutira a lei a tal respeito (ACV, 1882, p.2).

A votação que se seguiu determinou a vitória do Major Matheus Tavares da Silva como primeiro Presidente eleito da Câmara Municipal de Varginha, com José Maximiano Baptista eleito para vice-Presidente. Estavam postas as bases para a criação do fôro civil e da nova divisão política do termo de Varginha em três distritos especiais: a freguesia da cidade, e as povoações de Salto e da freguesia de Carmo da Cachoeira.

Eleitos os novos chefes municipais, a sessão dominical foi encerrada para dar lugar “as solenidades religiosas” (ACV, 1882, p.2). Afinal, não poderiam negar a tradicional devoção ao catolicismo, como os bons costumes mineiros prezavam: negócios são negócios, política é política e domingo é dia dos sacramentos religiosos, e no caso em questão, dia de São Lázaro. Sendo assim, “o Senhor Presidente convidou os Senhores Vereadores a comparecerem no Paço desta Câmara, as dez horas” do dia seguinte e seguiram para a missa (ACV, 1882, p.2). Afinal, Varginha era conhecida por suas “concorridíssimas e magnificas festas consagradas ahi todos os annos padroeiros de suas capelas...” (ASM, 1874, p.176). Eram ainda poucas ruas, mas na sua fundação a cidade era sede de cinco Igrejas: duas delas maiores, a matriz e a São Sebastião, ambas com duas torres, um marco de fortuna dos templos religiosos.

A partir de então, a cidade teria autonomia para decidir seu futuro, legislar sobre as determinações de seu mundo urbano que crescia e demandava um programa de transformações econômicas, e garantir que os recursos arrecadados na localidade pudessem ser gastos na própria localidade. Sua elite em ascensão poderia assegurar as rédeas econômicas locais, e fortalecer sua presença política entre seus pares na região. Afinal, a vocação de Varginha se cristalizava enquanto o Sul de Minas assimilava uma de suas maiores mudanças na segunda metade do século XIX: a produção de café voltada ao mercado exportador.

Conforme nos lembra Bernardo Saturnino da Veiga, em 1884 já se evidenciava que o café tinha criado nova dinâmica na região frente aos outros produtos agrícolas, uma transformação substancial para o curto período de dez anos:

Já fizemos referencia à cultura de plantas e criação de animais, que constituem a renda mais importante dos habitantes do Sul de Minas, e com mais minuciosidade ocupamo-nos do café, que em 1874 dissemos ser plantado em alguns lugares quase que para o consumo local, fazendo alguma exportação desse produto em um ou outro município. Actualmente está essa cultura com grande desenvolvimento, como mostramos, e tudo annuncia que irá emaugmento (ASM, 1884, p.49).

No Sul de Minas eram 104 freguesias produzindo café, e Bernardo Saturnino da Veiga afirmava que eram quase 20 milhões de pés nas 54 freguesias em que ele conseguiu recolher informações mais precisas. Com um discurso efusivo do poder econômico de sua região, inclusive para defender a emancipação do Sul de Minas,

concluía Saturnino da Veiga: “Este facto já é um indício seguro de nosso progresso, e com satisfação verificaremos adiante que não se limita ao engrandecimento da lavoura a salutar modificação operada nas condições de nossa vida nestes últimos annos” (ASM, 1884, p.46). Entretanto, também não esquecia que no início de 1880 os problemas centrais para o desenvolvimento da cultura eram a falta de mão de obra no momento de crise da escravidão e a dificuldade do transporte. Poucas pontes, estradas ruins e, naquele momento, um desenvolvimento ferroviário bastante incipiente caracterizava toda a região do Sul de Minas (ASM, 1884, p.55-58).

Mas o café chegava para transformar a realidade da economia sul-mineira. Essa seria a nova tônica para algumas cidades da região. As tropas passavam a carregar cada vez mais sacas de café; as fazendas abriam cada dia mais espaço para a cultura da rubiácea; nas cidades, movimentavam-se os debates sobre a cotação das sacas que subia a serra da Mantiqueira por meio de informações dos comerciantes provenientes do mercado do Rio de Janeiro; e, finalmente, a nova riqueza de algumas cidades no Sul de Minas estava diretamente relacionada aos bons negócios que o café produzia. Varginha, agora como município, passava a entrar numa nova era.⁶

A difícil tarefa de governar: as primeiras sessões da Câmara Municipal de Varginha

A produção de café avançava rapidamente pelos campos de Varginha, e sua elite local, agora com plenos poderes conquistados pela emancipação da cidade, buscava todos os meios para viabilizar essa nova cultura e a modernização da cidade. O major Matheus Tavares da Silva, primeiro presidente da Câmara Municipal de Varginha, era um dos habitantes varginhenses mais ricos do período e sua riqueza advinha também da produção de café.⁷ Sua residência construída na década de 1880 seria símbolo de opulência da sociedade varginhense, pois com dois pavimentos e várias janelas, se localizava junto ao largo da Matriz e próximo de onde seria instalada anos mais tarde, por esforços do próprio Major, a estação ferroviária da cidade. Mas não era o único cafeicultor no comando da cidade: o vice residente da Câmara, José Maximiano Baptista, era outro importante produtor de café. Assim, a elite política do município recém-criado aos poucos se aglutinava em torno de um grande interesse econômico: garantir a expansão dos negócios do café.

É evidente que a tarefa não era tão simples. Governar um município exigia a construção de um aparato burocrático – que embora pequeno – levaria tempo para ser efetivado. No dia seguinte as celebrações da elevação da posse da Vila, dia 18 de dezembro, foram nomeados os primeiros funcionários da Câmara Municipal: o secretário, Sr. Francisco Saturnino da Fonseca, o contínuo, Sr. Ribeiro da Silva Barra, o fiscal, Sr. Francisco Antonio de Oliveira, e o procurador, Sr. João Baptista da Fonseca (ACV, 1882, p.3). Estes personagens passaram a ser corriqueiros nas sessões da Câmara, especialmente para cobrar seus ordenados em atraso. A Câmara, nos primeiros

⁶ Ao que parece, ajudava a boa reputação do café “Varginha” no mercado brasileiro, conforme as palavras de um entusiasmado personagem local no início do século XX: “As terras do município são ubérrimas e prestam-se a qualquer cultura. (...) O município de Varginha é o verdadeiro *Eldorado do Café* do Sul de Minas, sendo esta preciosa rubiácea muito conhecida e apreciada em todos os mercados – nacionais e estrangeiros – pela sua excelente qualidade que igual não se encontra em parte nenhuma” (CAPRI, 1918 *apud* SALES, 2003, p. 284).

⁷ Classificado também como “capitalista”, tropeiro e detentor de uma fazenda com engenho movido à água, em seu nome estavam registrados negócios na cidade como: Açougue, Casa de Fazenda, Casa de Secos e Molhados e Rancho. Cf.: ASM (1884, p. 188) e Inventário de Major Matheus Tavares da Silva, Fórum de Varginha, Caixa 598, 1905.

anos de funcionamento, não conseguia construir uma dinâmica de funcionamento adequada para atender às suas demandas.

Somente cinco anos mais tarde, entretanto, é possível observar uma rotina mais objetiva e sistemática para a resolução das questões do município de Varginha. Na abertura da legislatura de 1887, depois da eleição de Evaristo Gomes de Paiva para Presidente da Câmara em 7 de janeiro, a sessão do dia seguinte foi tomada para a criação de comissões permanentes de trabalho: uma para a redação das Posturas da cidade, outra para o Orçamento e contas da Câmara, mais uma para as Obras Públicas da vila e das estradas e pontes do município e, por fim, a última comissão voltada para Saúde e Instrução Pública (ACV, 1887, p.71).

Varginha naquela altura lidava com os problemas mais comuns de qualquer município brasileiro que buscava seguir em sua transição para um mundo urbano e moderno.⁸ Nas reuniões da Câmara tornaram-se bastante corriqueiros os debates a respeito das andanças dos porcos nas ruas principais da vila, da necessidade de criação de impostos, das dificuldades de transitar entre as cidades ao redor pelas precárias estradas e pontes e, até mesmo, da necessidade de disciplinar a presença dos vereadores em seus compromissos por meio de multas. Em suma, o nascimento jurídico da cidade estava distante do nascimento de uma sociabilidade urbana “moderna”, como desejada por alguns membros da elite.

A separação de um mundo urbano e rural não era algo trivial para uma sociedade que nascera entre ranchos e tropas de muares. A tradição era de um mundo imbricado destes dois espaços, entre chácaras, sítios de chão batido e algumas poucas casas aglomeradas. A separação do espaço dos cidadãos dos animais não era uma preocupação presente décadas antes. Mas, conforme as próprias Atas da Câmara manifestam, agora, em fins do século XIX, idealizava-se o mundo urbano da higienização e da cidade moderna: em 14 de janeiro de 1884, circulou o requerimento para a “prorrogação do prazo que proíbe os porcos nas Praças e ruas desta cidade”, mas sem constar nas posturas da cidade, a lei estava em caráter provisório (ACV, 1884, p.20). As leis, porém, não cooptavam ou mesmo geravam coerção aos habitantes, pois três meses depois de prorrogar a proibição, os porcos “andãofazendo estragos, não só pelas ruas desta cidade...” (ACV, 1884, p.26).

A valorização do espaço urbano passava também pela reconstrução do calçamento, como reforçado na sessão de 10 de Janeiro de 1883 (ACV, 1883, p.6), ou dos primeiros projetos para iluminação da cidade como exigido na sessão do dia 9 de Julho de 1883 (ACV, 1883, p.12). No ano seguinte, a preocupação era organizar racionalmente a cidade que devia ganhar numeração em suas casas e denominação de suas ruas: “Leo-se mais um officio do cidadão José Cornéllio de Oliveira Sobrinho, apresentando uma proposta, a esta Camara, para numerar e pôr nomes nas ruas desta Cidade” (ACV, 1884, p.20).

Se mudanças no ordenamento do mundo urbano eram prioridade, não menos importantes eram as preocupações com as ligações com os outros municípios. Afinal, com o comércio em expansão e o enriquecimento dos fazendeiros varginhenses, a comunicação com cidades como Campanha, centro mercantil regional e, a partir de 1884, com Três Corações, ponto final da Estrada de Ferro Minas & Rio, eram decisivas. Seria o caminho para escoar as crescentes produções de café. Assim, determinavam-se nas sessões “examinar e estrada que desta Cidade segue para a Freguesia dos Três Corações do Rio Verde, e promover os reparos necessários afim de desaparecer as ruínas da mesma estrada” (ACV, 1883, p.8). O vereador Joaquim Antonio da Silva, em

⁸ Cf.: Saes (2010, cap.5); Saes& Martins (2012) e Saes, Gambi&Bruzzi (2016).

14 de janeiro de 1885, por outro lado reclamava do descuido do Município de Campanha com a passagem do porto para travessia do Rio Verde: “Esta proposta é fundada no facto de ter a Camara da Campanha deixado em abandono aquelle posto, de maneira a causar serias dificuldades a quem tem de transpor aquelle rio” (ACV, 1885, p.37).

Essa preocupação com a comunicação se revelava também com a necessidade exposta pela Câmara em ampliar a frequência da passagem da linha dos correios de quatro para dois dias (ACV, 1885, p.44). As informações chegadas em Varginha vinham de Campanha, sede regional dos correios, e também importante centro jornalístico. O primeiro Jornal de Varginha apareceria somente na década de 1890, até lá as informações eram trazidas de outras cidades. Mas, de maneira geral, a elite local nutria profundo conhecimento das mudanças urbanas, no setor de serviços públicos, ocorridas em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, e já manifestavam o desejo de reproduzir essas transformações em Varginha.

Para que muitas dessas idealizações entrassem em funcionamento, a municipalidade teria que lidar com um sério problema, típico dos municípios brasileiros, a falta de recurso.⁹ Os recursos vindouros dos cofres públicos da Província eram praticamente inexistentes: entre 1874-84 a cidade teria recebido apenas 300\$000 por conta da epidemia de varíola, sem que suas demandas para obras como as pontes sobre o Rio Verde, ou reparo de estradas fossem atendidas. Por isso, aos poucos eram criados os impostos municipais, seguindo a legislação do período, que autorizava a cobrança de tarifas por atividades não reguladas por instâncias provinciais ou imperiais. No ano de 1884, por exemplo, foi proposto:

que se cobre pôr cada um carro que atravessar o Municipio desta Cidade com carregamentos para as estações da estrada de ferro de D. Pedro segundo, ou mercados de qualquer ponto da Provincia, o imposto de dois mil reis pôr cada um, e os que atravessarem o Municipio desta Cidade, com cargas de allugueis recebidos nas estações da estrada de ferro de D. Pedro segundo, o imposto de quatro mil reis. Exceção se os carros deste Municipio, e aquelles que neste Municipio venderem todo carregamento. E se marque o prazo de trinta dias aos proprietários de Eguas, Cabras, e Cabritos para retirarem-os do Patrimonio desta Cidade (ACV, 1884, p.6).

A arrecadação municipal, todavia, estava longe de atender às demandas locais. Assim, abria-se um importante espaço para que se estabelecesse uma intensa relação entre público e privado. As sessões da Câmara Municipal, por exemplo, ocorriam no andar superior da cadeia, cuja construção era obra de João Gonzaga Branquinho,¹⁰ com investimento na importância de 20:000\$000, deste importante cidadão que participou ativamente na criação do município. Gaspar José de Paiva,¹¹ outro tradicional membro da sociedade varginhense, vivendo mais de 40 anos na localidade, era delegado de ensino responsável pela Instrução Pública na freguesia desde 1874. Para a construção da escola pública contou Gaspar José de Paiva com a ajuda financeira de Domingos Teixeira de Carvalho.¹² A própria Câmara buscava mecanismos para obrigar que os

⁹ Cf. Victor Nunes Leal (1976) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983).

¹⁰ Nascido em Ayruoca, detentor de um Engenho movido à água, era descendente de uma importante família sul-mineira. (ASM, 1884, p.59-61).

¹¹ Inventariante do vice presidente da Câmara e vereador José Maximiano Baptista em 1900. (ASM, 1884, p.59-61).

¹² Capitalista, com engenho movido por água, participou da construção da escola, Igreja de São Sebastião e asilo. (ASM, 1884, p.59-61).

municípios investissem na conservação do espaço público que crescentemente se valorizava, como pode ser visto no ofício de 13 de janeiro de 1885: “A Camara deliberou que, se officie ao Fiscal desta Cidade para examinar as ruas e praças que necessitam de reformas, e obrigar os proprietários a fazerem os reparos necessários o mais rapidopossivel, o que pondo em discussão, foi aprovado”. (ACV, 1885, p.32).

Por isso mesmo, como a construção desse mundo urbano dependia dos investimentos da elite local, num cenário de desenvolvimento econômico recente, Varginha ainda não podia contar com bibliotecas, teatros, hospitais de caridade, praças do mercado e correio logo na década de 1880 (ASM, 1884, p. 59-61). Ao que parece, portanto, a década de 1880 foi uma preparação de terreno para o desenvolvimento de uma nova sociabilidade urbana que se intensificaria durante a década seguinte. Era a década de 1880 uma fase de novidades: da formação da cidade, da abolição da escravidão, da chegada da ferrovia Minas & Rio a cidade de Três Corações – nas proximidades de Varginha – e da disseminação da produção de café. Viveriam os habitantes de Varginha na década de 1890 uma aceleração do tempo histórico, em que as mudanças lentas de outrora se efetivavam cada vez mais rápido, e a cidade caminhava, sem deixar suas contradições, ao desejado modelo de urbe moderna. E como aceitar o fim da escravidão, imagem daquele passado colonial?

Mesmo que não fosse um município entre os mais escravistas da região, a elite agrária de Varginha não tinha intenção de aceitar a abolição da escravidão. Somente em sessão do dia 20 de abril de 1888, menos de um mês antes da abolição, mostravam-se os vereadores preocupados com o “estado anormal em que se achão as relações dos escravos com os senhores e temendo um desastre para a lavoura” (ACV, 1888, p.108). Até abril de 1888 nada havia sido discutido entre os vereadores de Varginha a respeito da escravidão, enquanto municípios como Pouso Alegre e Campanha já tinham criado seus livros de ouro para libertação de cativos.¹³ A única preocupação local era que a fuga dos escravos poderia gerar uma crise na agricultura local. Na presente sessão foi marcada uma reunião com os fazendeiros escravistas da cidade para o dia 3 de maio de 1888, com o intuito de tratar sobre a transição do trabalho escravo ao assalariado. Contudo, sem nenhum outro registro sobre o assunto nas Atas da Câmara nos meses seguintes, o assunto calou-se pela determinação da Princesa Isabel: dez dias depois, no dia 13 de maio a abolição era promulgada pelo Império, a questão da escravidão estava resolvida, mas do trabalho não.

A questão da transição da mão de obra em Minas Gerais não parece que tenha se resolvido de forma nada trivial. Estudos têm mostrado como a abolição acabou por impulsionar uma diversidade de relações de trabalho, por meio da reinserção dos escravos, da incorporação de trabalhos livres ou até mesmo com chegada de imigrantes.¹⁴ O trabalho assalariado dividia espaço com outros “contratos” de trabalho. Os estudos locais indicam que Varginha recebeu inicialmente imigrantes italianos e, em comparação com os municípios vizinhos, em grande quantidade.¹⁵ Afirma José Roberto Sales (2003) que em 1888 as primeiras famílias de italianos chegaram à cidade. Além de se dedicarem a produção do café e de outras culturas, esses imigrantes foram proprietários de comércios e indústrias, ajudando no desenvolvimento econômico da cidade. A verdade é que pelo censo de 1920, Varginha efetivamente contava com 870 imigrantes italianos – dentre os seus 1.030 imigrantes –, e sua presença podia ser observada pela fundação da Sociedade Italiana de Beneficência, em 1895, e

¹³ Cf. Alexandre Macchione Saes & Antoniel Ferreira Avelino Filho (2012).

¹⁴ Cf. Ana Lúcia Duarte Lanna (1988) e Daniel do Val Cosentino (2006).

¹⁵ Para a imigração em Minas Gerais, cf: Norma de Góes Monteiro (1973). No Sul de Minas, cf.: Maria Lúcia Prado Costa e Fábio Castilho (2011)

personificada por meio de personagens como Rafaelo Romaniello, proprietário da primeira fábrica de massas, Roque Rotundo, líder da comunidade italiana, da família Navarra, de fabricação de objetos de ferro, da família Maselli, dos mais variados negócios na cidade.¹⁶ A cidade era a oitava maior em imigrantes no Sul de Minas, e estes representavam cerca de 5% da população total de Varginha.

Apesar de se instalarem no núcleo urbano e construírem a história nos ramos comercial e industrial de Varginha, a principal razão do deslocamento de imigrantes para a cidade deve ter sido o êxito da produção de café em fins do século XIX. A década final do século XX parece dar nova condição ao papel do município na região: em 1890 a cidade tornava-se a sede da Comarca, conforme sua Câmara Municipal: “Acta da sessão solene da instituição da Comarca. Aos vinte dias do mes de Maio de mil oitocentos e noventa, nesta cidade da Varginha, na sala do Edifício da Intendencia, presentes os cidadãos: o Presidente e demais membros (...)”. (ACV, 1890, p.19). Em maio de 1892 era a chegada da Estrada de Ferro Muzambinho, barateando o custo do comércio do café e reduzindo o tempo de viagem com a capital da então proclamada República.¹⁷

Novamente a relação entre público e privado transparecia na decisão da construção da ferrovia. Sua chegada era resultado dos esforços financeiros do primeiro presidente da Câmara, o major Matheus Tavares da Silva. O Major teria investido cem contos de réis nas obras, levando a ferrovia praticamente para o quintal de sua casa. Passava a possuir parte da ferrovia, como fica registrado em seu inventário. “Declarou mais o inventariante [dos bens do major Matheus Tavares da Silva] que o espólio possui uma cautela da Estrada Muzambinho”. Essa “cautela” da estrada correspondia cinquenta contos de réis.¹⁸ O major reforçava seu poder e influência na localidade, enquanto a localidade, com a abertura da ferrovia, pareceria abrir suas portas para sua urbanização.

Assim, em uma geração a cidade de Varginha transformou-se de maneira radical. De uma pobre freguesia, foi com a economia cafeeira que a cidade alcançou um desenvolvimento pouco imaginável no século XIX. Conforme o depoimento de Roberto Capri de 1918:

O café constitui a principal fonte de riqueza do município (...) O grau de desenvolvimento a que atingiu a lavoura do café neste próspero município, deve-se à prodigiosa fertilidade da terra, cuja composição química mais homogênea e resistente à vida do cafeeiro, faz que se avante até mesmo a terra cafeeira por excelência, que é São Paulo. (CAPRI, 1918 *apud* Sales, 2003, p. 284).

Ainda que o depoimento de Roberto Capri possa valorizar em demasia a qualidade do café da cidade, não restam dúvidas de que a cafeicultura foi sim negócio fundamental para a população varginhense. Foi por meio do comércio de café que Varginha diversificou suas atividades e se especializou como importante centro exportador e de beneficiamento do produto. Contudo, conforme os dados do Censo de 1920, o município não era um dos maiores produtores de café do Sul de Minas. Apesar

¹⁶ Nico Vidal. “Influência da comunidade italiana, em Varginha”. *Jornal Varginha*, nº 60, de setembro de 1999.

¹⁷ Nas palavras de Affonso Celso Ávila “O decênio 1852/1892 foi de marcante importância, pois nele ocorreram três fatos relevantes para a vida de Varginha: a criação do município e cidade (1882), a sua elevação a sede de comarca (1890) e a inauguração da ferrovia (1892). Com isso, a nova cidade tornou-se centro de expressão regional, integrando-se a um então moderno sistema de transporte que a colocava em ligação permanente com São Paulo e Rio de Janeiro, além de facilitar o acesso de suas safras cafeeiras aos principais portos de escoamento do produto para o exterior”. (1983, p.3).

¹⁸ Inventário de Matheus Tavares da Silva, Caixa 598, 1905.

de ser o sexto maior produtor do Sul de Minas, com seus 4.394 pés de café, a produção municipal estava bastante distante das maiores da região, pois as cidades de Monte Santo de Minas e de São Sebastião do Paraíso mantinham na casa dos 20 milhões de pés (SAES & CASTILHO, 2016). Por outro lado, a cidade de Varginha conseguiu se firmar como centro de negócios entre as cidades ao seu redor, especialmente antes que a Estrada de Ferro Muzambinho tivesse conseguido se ligar com a E.F. Mogiana. Com isso, a cidade podia escorrer a produção de outros municípios produtores de café e próximos como Três Pontas, Paraguaçu e Elói Mendes, mas também como Alfenas e Machado. Os empresários de Varginha buscavam reforçar essa centralidade do município, como ilustra o interesse do Senhor João de Castro Megda, que em 1912 apresentou requerimento para a Câmara Municipal para instalar um serviço de bonde elétrico que ligasse Varginha com as vilas de Elói Mendes e Paraguaçu (ACM, 1912). O projeto foi aprovado, mas não se efetivou nos anos seguintes.

Com a chegada da ferrovia Muzambinho, mais tarde dos bancos e da própria riqueza impetrada pelo comércio de café, Varginha caminhou para se tornar um centro regional, concentrando cada vez mais funções comerciais, de comunicação e culturais. Essa capacidade de concentração dos serviços que era evidente não somente com a instalação da estrada de ferro, mas também com a disseminação das atividades voltadas ao beneficiamento do café: em 1893 foi inaugurada a primeira máquina de beneficiar na cidade. Em 1920, já eram 113 estabelecimentos de beneficiar café, boa parte deles, próximos à estação ferroviária (LEFORT, 1950).

A Câmara Municipal foi, neste sentido, juntamente com a elite da cidade ligada ao desenvolvimento da cultura cafeeira, que assumiu parte dos projetos de modernização urbana implementados nessa transição para o século XX. Era a personagem que garantia a prioridade no direcionamento dos projetos econômicos e dos desejos de modernização da cidade.

A sociedade varginhense por meio dos inventários *post mortem*

O estudo de uma sociedade por meio dos inventários pode revelar algumas tendências interessantes sobre sua estrutura de riqueza. Não negamos os limites existentes na documentação cartorial, que por se tratar de um arrolamento de bens para fins de divisão destes entre os herdeiros, os inventários acabam por representar apenas uma amostra da população, uma amostra possivelmente da parcela mais abastada desta população.¹⁹

Seus valores são declarados, com possível variação de critérios usados entre os avaliadores. Ademais, o inventário é um retrato estático da vida dos inventariados: do momento de seu falecimento. Nada garante que este tivesse sido o momento em que ele concentrou a maior parcela de seus bens, quanto muito de que foi o próprio inventariado que concentrou tal riqueza, pois a composição podia ter sido resultado do acúmulo de riquezas pretéritas. Finalmente, a existência de determinada atividade econômica não responde necessariamente ao que teria sido a principal atividade do indivíduo ao longo de sua vida. Em detrimento de todos esses limites, os inventários ainda são instrumentos valiosos para construir um retrato dessas sociedades por meio da composição da riqueza de parcela de sua população.

Elaborada a partir de 275 documentos presentes no Fórum de Varginha, do período entre os anos de 1880 e 1920, a tabela abaixo apresenta a composição da riqueza dos inventariados, com destaque para as principais categorias de bens.²⁰

¹⁹ Dentre os inúmeros trabalhos que se valem da análise de inventários, cf.: Cardoso de Mello (1985) e Marcondes (1998).

²⁰ Inventários por década: 33 entre 1880-89; 52 entre 1890-99; 66 entre 1900-1909; 124 entre 1910-1920.

TABELA 1 - Composição das maiores riquezas de Varginha (1882-1920)

Descrição	Período			
	1882-1889	1890-1899	1900-1909	1910-1920
Bens Móveis	6,8%	3,7%	4,9%	1,8%
Animais	5,8%	6,6%	6,8%	3,8%
Escravos	8,6%	-	-	-
Imóveis Rurais	58,4%	38,0%	44,3%	51,2%
Culturas	5,0%	19,5%	8,2%	3,7%
Imóveis Urbanos	3,3%	4,0%	6,9%	7,6%
Dinheiro	0,4%	4,1%	7,7%	3,2%
Dívidas Ativas	11,7%	24,1%	20,9%	28,6%
Monte-mor	100,0%	100,0%	99,8%	99,9%
Dívidas Passivas	4,4%	10,5%	8,9%	9,0%
Monte-partível	95,6%	89,5%	91,1%	91,0%

Fonte: Inventários do Fórum de Varginha (1882-1920)

A análise da evolução da composição da riqueza entre as décadas de 1880 e 1920, por meio da percentagem de cada grupo de bens, revela algumas transformações sugestivas. Se o fim da escravidão, em 1888, liquidou a possibilidade de alocação de bens como escravos, duas tendências – presentes em outras localidades como Pouso Alegre – são interessantes de serem observadas no período: de um lado o crescimento da parcela de riqueza alocada como dívidas ativas, como também, por outro lado, como bens imóveis urbanos.

Se a década de 1880 foi marcada pelas primeiras transformações no espaço urbano, aquelas relacionadas às questões de infraestrutura e organização da cidade, entre a riqueza dos inventariados na década, somente 3,3% fora destinada para bens urbanos. Assim, mesmo que os vereadores da Câmara Municipal almejavam uma cidade livre de animais, com calçamento das ruas, praças limpas e muros das casas cuidados pelos seus moradores, essas transformações no espaço urbano eram ainda vividas pela minoria que ocupava aquele espaço. Afinal, a dinâmica da cidade e, parcela considerável da população do município, ainda ocupava o campo e, dessa forma, possuía maiores investimentos na categoria de bens imóveis rurais.

No período de 1880 a 1889, 58% do patrimônio dos inventariados estava concentrado nos bens imóveis rurais, demonstrando que, apesar do nascimento de uma estrutura urbana, Varginha ainda era uma cidade essencialmente agrária, reproduzindo o padrão das demais cidades do país. Dentro dessa categoria de bens estavam as casas nas fazendas, os pastos e culturas, as extensões de terras virgens e os engenhos. As dívidas ativas estavam em segundo lugar na alocação da riqueza da sociedade varginhense, representando cerca de 11% da riqueza total. Os escravos apareciam como a terceira maior riqueza da população varginhense naquela década, mas como valores abaixo de outras localidades como Campanha, Pouso Alegre e Lavras.²¹

Os primeiros anos da década de 1890 foram de importantes mudanças para Varginha: a cidade se transformou em sede de Comarca e viu sua comunicação com a região ser facilitada por meio da construção da estação ferroviária. No período entre 1890 a 1899 o investimento nos bens imóveis decresce, correspondendo a aproximadamente 38% da riqueza total da cidade. Todavia, se somarmos com o valor dos investimentos em culturas, que passou de 5% para 19,5%, a proporção permanece a mesma. Por meio dos registros de imóveis da cidade é possível perceber já a

²¹Cf. Vieira (2015) e Saes& Avelino (2012).

disseminação da produção de café na cidade: são pequenas e médias propriedades com cafezais de seis, doze e até trinta 30 alqueires. Apenas uma grande propriedade localizada em Carmo da Cachoeira, vendida pela morte do Barão de Lavras, possuía mais de mil alqueires, mas apesar de possuir máquina de café e terreiro, seu registro não informa o tamanho da área destinada à produção de café.²² Outro elemento comum entre os registros em que as plantações de café estavam presentes é que estas ainda dividiam espaço dentro das propriedades com outras culturas ou pastos.

O valor reservado aos animais perfaz cerca de 6%, média que será mantida até a década de 1910. Entre os inventários das grandes riquezas da sociedade é possível ver uma quantidade significativa de bois e porcos, reproduzindo a estrutura da grande fazenda mineira, estrutura presente na elite de cidades como Campanha, Pouso Alegre e Lavras, entre outras.

Em relação aos bens imóveis urbanos, na segunda década de análise, eles representam por volta de 4% da riqueza total da cidade. Em relação às dívidas ativas e passivas, elas também sofrem uma expansão, tendo mais que duplicado de valor, o que pode estar relacionado com o aumento da movimentação da cultura cafeeira e a necessidade de financiamento desta nova cultura, assim como com a própria expansão do número de habitantes da cidade. A primeira década do século XX, por sua vez, reforça a tendência de concentração da riqueza entre os imóveis rurais, com aumento para a parcela de riqueza alocada entre imóveis urbanos e dinheiro. O aumento dos bens imóveis urbanos, mesmo que pequeno, pode ser explicado também pelo aumento da população e pelo próprio movimento de expansão das atividades econômicas de Varginha: a cidade em 1900 já possuía quase trinta mil habitantes e seu centro se dinamizava com o movimento da ferrovia.

A cafeicultura nesse período parece já assumir maior solidez: entre os imóveis transacionados na década, tornam-se mais presentes as fazendas com cafeeiros e com máquinas de beneficiar, tulhas e terreiros para café. As principais fazendas de café naquela oportunidade se concentravam na direção de Alfenas, na então freguesia do Pontal, emancipada em 1911 como Elói Mendes. Não é possível falar categoricamente numa tendência de redução da diversidade de bens produzidos nas fazendas, mas certamente durante o século XX, quando, a partir de 1902, proibiu-se a realização de novas plantações de café no estado de São Paulo em função da superprodução que se vislumbrava (DELFIM NETTO, 2009, p.58), existiu um incentivo para o aprofundamento da especialização produtiva.²³

No período abordado por esse estudo, os anos entre 1910 e 1920 foram aqueles que mais contaram com transformações no espaço urbano. A década de 1910 foi marcada por transformações importantes para a urbanização de Varginha: a criação de escolas; estabelecimentos destinados à cultura, como teatros e um clube para a realização de esportes; a instalação da luz elétrica, em 1914; a criação do mercado municipal em 1915 e, a abertura das primeiras agências bancárias na cidade. Em conformidade com a maior presença de aparelhos urbanos, foi durante esses anos que maior aplicação da riqueza da sociedade nos bens imóveis urbanos pode ser observada. Vale lembrar que parte relevante dos inventariados na década de 1910 eram de personagens que teriam consolidado sua riqueza entre uma e duas décadas antes, de maneira que, o crescimento da presença de riqueza entre imóveis urbanos poderia ser ainda maior no período. Outra variável que merece atenção é o crescimento das dívidas

²²CRI. *Registro de compra e venda de imóveis*. Cartório de Registro de Imóveis de Varginha, Livro 1 (1891-1900), registro 337.

²³Para o período todo (1880-1920), dos inventários que indicaram o tipo de cultura existente entre seus bens, 90% possuíam café, 55% possuíam milho, 27% cana e feijão e cerca de 18% fumo, algodão e arroz.

ativas. Estas alcançaram quase trinta por cento nessa década. Como o sistema bancário ainda era bastante restrito e recente, em Varginha as primeiras agências seriam estabelecidas somente depois de 1915, o crescimento da parcela de dívidas ativas parece representar o atendimento da demanda por crédito na praça, possivelmente relacionado também ao papel desempenhado pelo mundo urbano, que seria atendido por meio dos capitalistas da cidade.

TABELA 2 - Composição das maiores fortunas de Varginha no período de 1882 a 1920 – (em contos de réis)

Inventariado (a)	Ano	Monte-Mor	Móveis	Imóveis	Animais	Dinheiro	Dív. Ativas	Escravos
Joana Maria de Jesus	1883	315:101\$740	3:365\$000	249:454\$740	21:327\$000	38\$900	0	37:010\$000
Manoel Paulino de Almeida	1885	30:217\$900	331\$900	18:710\$000	2:686\$500	0	770\$000	6:150\$000
Marcellino José de Carvalho	1894	43:045\$100	1:511\$600	37:142\$00	4:058\$000	0	26\$000	0
Marianna Mendes de Jesus	1896	25:479\$000	157\$000	22:302\$000	3:020\$000	0	0	0
João Villela Fialho	1897	84:644\$600	0	26:000\$000	0	0	89:644\$600	0
José Francisco de Carvalho	1902	28:720\$500	657\$500	24:670\$000	1:755\$000	1:065\$000	455\$000	0
Joaquina Rosa do Carmo	1903	40:271\$713	499\$000	22:350\$000	4:833\$000	0	8:783\$847	0
Matheus Tavares da Silva	1905	443:079\$264	21:524\$340	297:623\$000	10:010\$000	70:786\$670	58:480\$754	0
Gabriel dos Reis Silva	1907	274:752\$690	906\$000	117:185\$000	21:850\$000	0	90:978\$010	0
Francisco Severo da Costa	1907	107:298\$000	4:303\$500	56:680\$000	19:555\$000	10:000\$000	18:000\$000	0
João Pedro Mendes	1908	67:192\$670	0	39:730\$670	9:155\$000	5:000\$000	688\$000	0
José Antonio Patrocínio Salles	1915	43:633\$770	12:674\$500	18:900\$000	0	4:840\$000	8:613\$770	0
Silvestre Francisco de Oliveira	1916	54:430\$242	583\$000	81:986\$000	5:647\$000	0	9:916\$042	0
Antonio Alves Ferreira	1916	37:215\$777	330\$000	53:105\$000	2:265\$000	7:010\$200	460\$000	0
Amaro de Souza Prado	1917	59:917\$700	440\$000	55:950\$000	1:180\$000	0	1:226\$900	0
Antonio Justiniano dos Reis	1918	315:874\$166	13:970\$000	239:751\$250	0	0	66:272\$916	0
Anna Jacinth de Rezende	1918	51:994\$215	5:969\$215	29:400\$000	400\$000	0	16:401\$500	0
Antonio Garcia dos Reis	1918	43:884\$832	0	6:200\$000	0	0	43:800\$000	0
José Custódio Pereira	1918	36:580\$065	0	20:850\$000	1:880\$000	0	14:387\$265	0
Maria Luiza Mendes	1919	39:771\$000	226\$000	37:220\$010	2:315\$000	0	0	0

Fonte: Inventários do Fórum de Varginha (1882-1920)

Como é possível observar na tabela 2, entre as maiores fortunas de Varginha para o período do estudo, dois inventariados, João Villela Fialho e Antonio Garcia dos Reis, possuíam mais de 75% de sua riqueza alocada como dívidas ativas. João Villela Fialho, inclusive, é um caso bastante particular para o perfil da elite local, pois parcela significativa de sua fortuna era composta por títulos da dívida pública. Seus bens imóveis urbanos estavam estabelecidos no largo da Matriz e na rua da Cadeia, locais de prestígio da cidade no período e, como bens imóveis rurais, Fialho possuía quatro terrenos com pastos, sendo um com culturas. Já Antonio Garcia dos Reis, falecido em 1918, além de sua residência na cidade, sustentava crédito com cinco pessoas.²⁴

Outros personagens da elite varginhense que figuram entre capitalistas são Gabriel dos Reis Silva, Matheus Tavares da Silva e Antonio Justiniano dos Reis. Os três estão entre os quatro mais ricos personagens do período, mas a principal riqueza destes é composta de bens imóveis, isto é, são típicos grandes produtores agrícolas da região.

²⁴Inventário de João Villela Fialho, Fórum de Varginha, Caixa 584 – nº 7; Inventário de Antonio Garcia dos Reis, Fórum de Varginha, Caixa 517 – nº 58.

Gabriel dos Reis Silva, falecido em 1907, era produtor de café. Em seu inventário encontramos 1.250 arrobas de café, 42 sacas de café em coco, fazenda com terreiro e cafezais. Todavia suas propriedades eram bastante diversificadas, com outras tantas culturas presentes. Ainda como parte de suas extensas propriedades, composta de mais de 1.280 alqueires, é possível observar uma grande quantidade de pastos, já que era detentor de uma significativa criação de animais: mais de 120 vacas, cerca de 150 novilhos, 60 bois de carro, mais uma dezena de burros e cavalos e porcos para o consumo doméstico. Finalmente, como parte de sua diversificada fortuna, o personagem detinha algumas apólices da dívida pública.²⁵

Nesse sentido, tanto Matheus Tavares como Antonio Justiniano dos Reis, também procuravam diversificar sua riqueza, algo bastante comum para os cafeicultores paulistas que compunham o chamado grande capital cafeeiro: se Matheus Tavares possuía parte de sua riqueza alocada na ferrovia, Antonio Justiniano sustentava 21% de seu monte-mor com apólices da dívida pública. No caso do Coronel Antonio Justiniano do Reis, cujo inventário é de 1919, parte da explicação pode ser encontrada na herança recebida de seu pai, Gabriel dos Reis Silva. O que salta aos olhos da diferença entre os inventários de pai e filho é quantidade de propriedades agrícolas adquiridas pelo segundo em doze anos. Justiniano não somente manteve alguma parte de suas terras com cafezais, mas teve arrolado em seu inventário 172 pequenas propriedades rurais, que em sua grande maioria não ultrapassam os 20 alqueires.²⁶

Matheus Tavares, por sua vez, além de ter sido o responsável pela construção da estrada de ferro da região – inclusive com interesse de escoamento de sua própria produção de café –, conforme o registro de imóveis, adquiriu em sociedade, no período de expansão da cultura na região, duas fazendas com produção de café em Varginha: Santo Antonio do Bom Jardim (1898) e Serra Negra (1902). Em seu inventário, de 1905, encontramos, entre suas diversas propriedades, cerca de duas dezenas de cafezais – inclusive alguns terrenos que foram indicados como compostos por pés recém-plantados, o que reforça a tese de expansão da cultura após 1902 –, além de terreiros e máquina de beneficiar café. Apesar de grande extensão de pastos existente entre suas propriedades, seus animais deviam servir ao abastecimento da propriedade, como por exemplo, as poucas dezenas de vacas e porcos, ou ao transporte do que era produzido em suas propriedades pelos 58 bois de carro e as dezenas de cavalos, éguas e burros.²⁷

Seja como for, a economia varginhense movimentava-se a partir da expansão da cafeicultura, que não somente sustentava as grandes fortunas da cidade, como também multiplicava-se para os investimentos voltados ao comércio local.

Modernização de Varginha: a construção do espaço urbano

Com a expansão da cafeicultura e a chegada da ferrovia a cidade de Varginha passou a concentrar outras atividades econômicas que fortaleciam a construção do projeto de urbanização de sua elite. Evidentemente que ao longo das primeiras décadas do século XX, a pujança econômica continuava a ser proveniente do campo, a cafeicultura não perderia sua predominância como atividade central no enriquecimento da população.²⁸ Contudo, nas franjas da economia cafeeira eram abertos outros

²⁵ Inventário de Gabriel dos Reis Silva, Fórum de Varginha, Caixa 509 – nº 11.

²⁶ Inventário Antonio Justiniano dos Reis, Fórum de Varginha, Caixa 517 – nº 69 A.

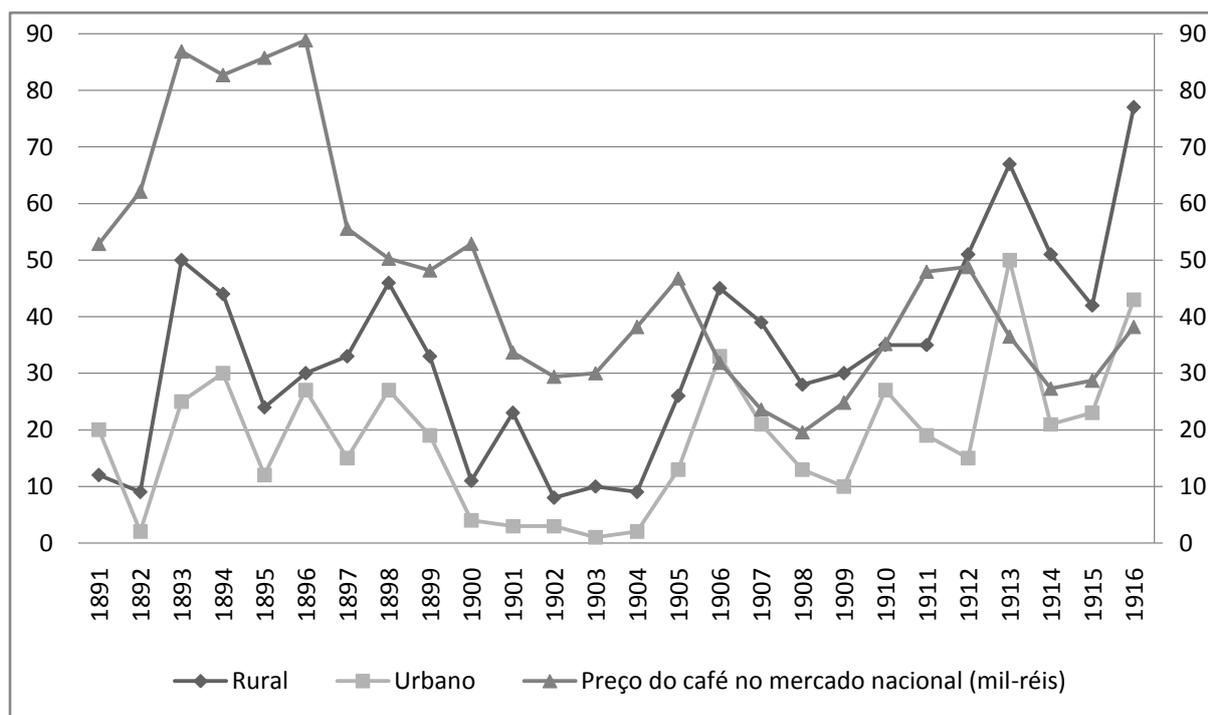
²⁷ Inventário de Major Matheus Tavares da Silva, Fórum de Varginha, Caixa 598.

²⁸ Como nos informam os relatos de Capri e Rubião, respectivamente de 1918 e 1919, a indústria pastoril também aparecia como relevante nos campos de Varginha. É preciso lembrar que o período da Primeira Guerra Mundial foi de crise para a cafeicultura e expansão das exportações de gado do Brasil. Acreditamos que essa ênfase no crescimento da pecuária é motivada muito mais por uma questão

negócios, alguns diretamente relacionados ao comércio de café, e outros já atendendo a população urbana que habitava a sede do município.

Conforme o Atlas Corográfico Municipal do Estado de Minas Gerais de 1926, o município contava com 22.457 habitantes no ano de 1920, sendo que destes 8.430 eram residentes no núcleo urbano de Varginha. Não estava entre as maiores cidades de Minas Gerais, mas conseguiu se firmar como uma localidade com variada gama de serviços urbanos que lhe asseguravam alguma centralidade regional. Ao longo destes quarenta anos, da emancipação do município em 1882 ao início dos anos 1920, a cidade passaria de suas aproximadamente de 300 casas e prédios para alcançar cerca de 2.400 construções no núcleo urbano. Conforme o gráfico abaixo, a partir das transações de compra e venda registradas no Cartório de Registro de Imóveis da cidade, é possível observar a evolução das transações de imóveis urbanos e rurais de Varginha. Se numa primeira fase a quantidade de transações parece seguir a tendência do preço do café no mercado nacional, com expansão na década de 1890 e queda no início do século XX, num segundo momento há um descolamento a partir da Primeira Guerra Mundial, resultado de uma dinâmica econômica de setores que se beneficiaram com o fechamento do comércio internacional.

GRÁFICO 1 - Número de imóveis urbanos e rurais transacionados no município de Varginha, 1891-1916.²⁹



Fonte: CRI. *Registro de compra e venda de imóveis*. Cartório de Registro de Imóveis de Varginha, Livro 1 (1891-1916) e Marcellino Martins & E. Johnston. *150 anos de café*. S/L. Salamandra Consultoria Editorial, 1992, p.333-5.

A construção de casas se acelera no século XX, alcançando um crescimento de cerca de 50 edificações novas por ano, um valor não desprezível, especialmente levando em conta que, até 1922 a propriedade dos terrenos estava sob o regime jurídico do

conjuntural, lembrando que na cidade vizinha de Três Corações se constitui no período a “maior feira de gado da América Latina”. Para notícias sobre a Feira de Gado, cf.: Saes & Rosa (2013).

²⁹ Agradecemos a colaboração de Thiago Gambi na coleta do material e elaboração da pesquisa sobre a compra e venda de imóveis na cidade de Varginha.

aforamento, isto é, as terras eram propriedade eclesiástica e concedidas para usufruto dos habitantes da cidade em troca de um foro anual. Em suma, “à Câmara Municipal competia apenas, na mecânica desse antiquado sistema que prevaleceu ali até 1922, a intermediação administrativa e financeira nos processos de aforamento e a arrecadação de impostos e taxas destinados a obras e serviços de interesse comum” (ÁVILA, 1983, p.10). Apenas depois de longas disputas entre a Diocese de Campanha e a Câmara Municipal de Varginha que, em 4 de novembro de 1922, a Igreja cedeu à municipalidade a gleba patrimonial que fora delimitada e recebida como doação do Alferes Manoel Francisco de Oliveira em 1806. O compromisso da Câmara, a partir de então, seria de quitar os débitos de trinta e três contos ao longo de cinquenta anos.

Para Affonso Ávila (1983, p.10) essa particularidade do regime jurídico das terras do município teria limitado o crescimento populacional da cidade no período. Trata-se de uma leitura bastante sugestiva como também especulativa, considerando que esse fato é de difícil confirmação: conforme os censos populacionais existentes para o século XX, apesar da população de Varginha se manter próxima ao tamanho de outros municípios da região, como Alfenas, Itajubá e São Sebastião do Paraíso, por outro lado, foi uma das poucas cidades que não cresceu entre 1912 e 1920, sofrendo um decréscimo de quase três mil habitantes – sem contar os outros quase sete mil resultantes da emancipação de Elói Mendes em 1911. A tendência de estagnação populacional da década de 1910, se reverte em 1920, quando durante a década o município acabaria por receber outros dez mil habitantes. Esse novo crescimento teria sido uma resposta ao fim do aforamento em 1922?

É possível que a questão acima possa ser respondida positivamente, contudo, não há muitas dúvidas de que nos anos 1920 a cidade conseguiu alcançar uma diversificação de suas atividades urbanas que reforçava a atração de novos moradores. Como o próprio Affonso Ávila considera, Varginha teria passado por uma intensa modernização urbana no período, materializada na abertura de vias de maior largura ou avenidas de pistas duplas, isto é, naquela concepção de modernização que valoriza o espaço num sentido paisagístico e ornamental. “Assim se deu com a Avenida Rio Branco, notável para a época por suas dimensões e concepção visual, avenida que poderia dentro de um princípio mais arrojado de planejamento urbano, constituir-se na grande via de ligação do centro histórico com a área nova da Estação” (ÁVILA, 1983, p.6).

A setorização da cidade era construída conforme a própria utilização do espaço urbano: a denominação da Rua dos Comissários, por exemplo, é uma alusão bem clara ao papel que já exerciam em Varginha os intermediários da comercialização do café. Atividades comerciais, mas também financeiras. Nessa rua seria instalada, em 1918, a primeira agência local do Banco do Brasil,³⁰ valorizando ainda mais uma movimentada parte da cidade vitalizada também, naquela altura, pela presença de dois hotéis principais: Megda e dos Viajantes (ÁVILA, 1983, p.6). Era a cidade que se constituía ao redor da estação ferroviária.

Essa dimensão do moderno pode ser reproduzida para os mais diversos serviços que começavam a ser disponibilizados para a sociedade varginhense. Talvez o caso mais emblemático seja da iluminação: um serviço rudimentar de iluminação pública por gás era oferecido pela Câmara Municipal desde 1902.³¹ Pela expansão do município e

³⁰ Anos antes da instalação do Banco do Brasil, em 1915, foi inaugurada na cidade uma agência do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Geraes.

³¹ Antes, porém, o sistema de iluminação por meio de lâmpões era não somente precário, mas deixava o município numa penúria financeira: em reunião de 26 de outubro de 1893, decidia-se que “O orçamento

da demanda de energia elétrica, especialmente requerida pelas empresas de beneficiamento de café que se localizavam próximas as margens da ferrovia, buscou-se uma companhia que pudesse atender essa demanda. Em agosto de 1911 começam os debates na Câmara Municipal sobre a instalação da luz elétrica no município:

Em seguida foi apresentado um projeto de lei pelo o Agente Executivo para contractar com qualquer empresa a instalação da luz elétrica para a cidade da Varginha, pelo espaço de vinte e cinco anos, e continha outras disposições, sendo posta em discussão, em substituição do projeto; foi apresentado um outro assignado pelos vereadores Coronel Olympio Liberal, Antonio Rotundo, Domingos José Rodrigues, Capitão Antonio Justiniano de Paiva e Capitão Francisco Horário Nogueira, de accordo com a autorização aprovada na acta anterior: Art. 1º. Fica o Agente Executivo, o cidadão Manoel Joaquim da Silva Bittencourt autorizado a levantar um emprestimo a juros de dez por cento ao anno para a instalação elétrica nesta cidade da Varginha (ACV, 1911, p.18).

Na sessão extraordinária de 1º de fevereiro de 1912, sem uma solução encontrada, retomava-se as propostas para a instalação do serviço de luz elétrica na cidade. As discussões se estenderam até o ano de 1914, sempre tratando de propostas que eram apresentadas aos vereadores, com discussões sobre os materiais adequados e da quantidade de recurso que seria necessário para a execução das obras. A solução encontrada foi a contratação da empresa Vivaldi, de comerciantes estabelecidos no Rio de Janeiro, que construiria um sistema de energia elétrica tanto para atender a iluminação pública, mas também para fornecer energia aos negócios da cidade. Na reunião extraordinária de 30 de março de 1914, nomeou-se a comissão que seria responsável pelo evento da inauguração da eletricidade que, no dia 12 de abril de 1914, contaria com a presença de ilustres personagens: “Tomou a presidência o Excelentissimo Senhor Doutor Wenceslau Braz Pereira Gomes [vice-presidente da República] e o Excelentissimo Senhor Doutor Delfim Moreira da Costa Ribeiro [governador de Minas Gerais] apertando o botão elétrico, fez-se a luz, orando nesta ocasião, em nome da Camara”. (ACV, 1914, p.73).

A energia era gerada numa usina hidrelétrica, com força de 1.500 cavalos e aproveitamento de uma queda d’água do Rio Verde, distantes a seis quilômetros da cidade. A partir de então as ruas centrais seriam iluminadas, as principais empresas da cidade receberiam a energia necessária e as residências da elite também seriam cobertas pelo novo serviço. “Entretanto, o atendimento público se manteve durante vários anos em índice bastante limitado, sendo que em 1926 apenas 462 prédios eram servidos de luz e força, número que representava menos de um terço dos prédios então existentes” (ÁVILA, 1983, p.13).

A década de 1910 foi, portanto, o momento de um esplendor urbano. Se valendo do movimento ocorrido no Estado, com oferta de empréstimos para reformas urbanas, a Câmara Municipal de Varginha se reuniu em 9 de junho de 1910 para aprovar os planos de instalação da energia elétrica, como apresentamos, mas também de outros projetos como distribuição de água e coleta de esgoto (ACV, 1910). Assim, anos mais tarde, em 30 de abril de 1913, “foi proposto que o agente executivo que fizesse um empréstimo de até 40:000\$000 (quarenta contos de réis), em apólices de 100\$000 (cem mil réis) cada

para a iluminação pública, que foi proposto em seis contos (6:000\$000), foi reduzido para quatro contos (4:000\$000), já que a Câmara Municipal não liberou mais que esse valor” (ACV, 1893).

uma a juros de 10% ao ano, pagos semestralmente, para um segmento de água potável para a cidade. Posto em discussão, foi aprovado em primeira discussão”. Na mesma reunião determinou-se a abertura de mais crédito no valor de 5:000\$000 para outras obras públicas (ACV, 1910).

Portanto, paralelamente ao serviço de iluminação elétrica, durante a década de 1910 outras benfeitorias seriam instaladas na cidade de Varginha: em 1912, foi construído o jardim municipal, em 1913, a cidade já contava com um sistema telefônico, fornecido pela Companhia Telefônica Varginhense de propriedade de José Lisboa de Paiva. O mercado municipal foi outro importante marco na construção dessa vida urbana, que acabava por atrair habitantes de outras cidades para o centro de Varginha.³²

As discussões sobre a construção do mercado municipal começaram a acontecer na Câmara Municipal no dia 02 de janeiro de 1911. No final do mesmo ano, no dia 11 de novembro, Augusto Lopes de Vasconcellos, morador da cidade, ofereceu à Câmara um terreno localizado na região central para a construção do mercado pelo valor de três contos de réis. Apesar de aceito, por meio do pagamento de apólices a juros de 10% ao ano, os vereadores resolveram não construir o mercado naquele momento.

As reuniões sobre a construção do mercado voltaram a acontecer no ano de 1913, quando no dia 27 de janeiro a Câmara resolveu nomear uma comissão que pudesse averiguar onde se encontrava o melhor terreno para a construção do mercado municipal, pois o terreno que havia sido oferecido, no final do ano de 1911, foi desconsiderado pela Câmara. Assim, em 25 de junho de 1913: “Pelo vereador Capitão Rabello foi apresentado um projecto que authoriza o Presidente da Camara a mandar levantar uma planta do mercado sendo julgado objecto de deliberação foi aprovado em primeira discussão” (ACV, 1914, p.57).

No dia 13 de outubro de 1914, as discussões sobre a construção do mercado municipal já estavam adiantadas e numa reunião extraordinária, foi comentado sobre como seria a captação de recursos para a execução do prédio. No dia 14 de novembro de 1914, numa sessão extraordinária, o principal assunto da reunião dizia respeito às propostas para a construção do mercado. A ata dizia o seguinte:

Em seguida o Senhor Presidente disse que tinha convocado a presente reunião para apresentar a Camara o parecer da Comissão de Obras Publicas sobre as propostas para construção do mercado publico. Tendo a Camara estudado o referido parecer foi aprovado, ficando assim escolhida a do Senhor Antonio Ribeiro. (ACV, 1914, p.83).

Em 1915, no dia 13 de setembro, começou a ser elaborada a tabela de impostos do mercado municipal, que entraria em vigor assim que o mercado fosse inaugurado. Essa seria uma importante renda do município a partir de então. Pelo que se lê nas atas da Câmara, o início das atividades no mercado ocorreu no próprio ano de 1915. Como seria caracterizada, a cidade deixava de ser apenas a cidade do café, mas também um centro comercial representativo.³³ Nas palavras de Luiz José Álvares Rubião, em relato

³²A construção do matadouro da cidade tinha sido aprovada em reunião de 3 de janeiro de 1894, que determinava passar o serviço para um particular, mas com apoio de dois contos e quinhentos mil reis da Câmara Municipal para a compra do terreno e construção do prédio. (ACV, 1894).

³³ Considerando as fontes de renda municipais, em 1º de janeiro de 1912: “Foi proposto um projeto para a criação de um imposto de 50 réis por arroba de café exportado pelas Estações de Fluvial-Varginha e pela Flora”. O imposto seria cobrado pelos exportadores e por intermédio dos funcionários da Rede Sul-Mineira, mediante contrato de porcentagem que a Câmara estabeleceria com a diretoria da referida via férrea. A porcentagem paga a via férrea não excederia 20%, sendo esse imposto destinado ao cofre municipal no final de cada mês. (AVC, 1912).

de 1919: “O comércio de Varginha pode ser considerado o mais importante de todo o Sul de Minas, pois importantes casas atacadistas servem as praças de Elói Mendes, Três Pontas, Dolores de Boa Esperança, Campos Gerais, Paraguaçu, Carmo da Cachoeira e Vila Nepomuceno”(RUBIÃO, 1919 *apud* Sales, 2003, p. 277).

Para financiar as atividades comerciais e agrícolas em expansão, nasceram também as primeiras instituições bancárias da cidade: “Como elementos propulsores do grande comércio varginhense, que se irradia por grande extensão do Sul do Estado, de modo a dar-lhes merecidamente a primazia comercial, conta a cidade dois magníficos estabelecimentos” (FONSECA & LIBERAL, 1920 *apud* Sales, 2003, p. 281). Afirmou Rubião (1919) que:

As necessidades crescentes de nossa lavoura, o movimento sempre em progressão do nosso comércio, o lugar em destaque que gozava no Sul de Minas, Varginha, como centro produtor e comercial do café, vinha de longa data exigindo um estabelecimento de crédito nesta praça (RUBIÃO, 1919 *apud* Sales, 2003, p. 281/282).

Os bancos sediados em Varginha, por outro lado, surgiram já durante a década de 1920: o Banco de Varginha e o Banco Comercial e Agrícola de Varginha. O Banco de Varginha era propriedade de Dias, Ferreira & Cia, também localizado na Rua dos Comissários. O Banco Comercial e Agrícola foi presidido na origem por Domingos Ribeiro Resende, deputado estadual durante a década de 1920. Conforme nos conta Thiago Gambi, este último banco, diferentemente do perfil dos bancos do Sul de Minas, já era um banco formado com um capital nominal elevado, comparável aos bancos de Crédito Real, de Juiz de Fora e Comércio e Indústria de Minas Gerais, de Belo Horizonte (2012).

Com suas 2.200 casas e aproximadamente 400 prédios, em 1918 a cidade conseguia ampliar a oferta de serviços para seus cidadãos. Nesse ano, segundo a Câmara Municipal, o Colégio Marista se estabeleceu na cidade. Em 1923 foi a vez do Colégio Santos Anjos. Estes dois serão os principais colégios na formação da elite local, por algum tempo, dividindo espaço com o Colégio Varginhense, a instituição privada mais antiga do município, de 1896. Com relação à instrução pública, em 1907, eram registradas 9 classes, 4 para homens, 3 para mulheres e 2 mistas (SALES, 2003, p.311). Para Ávila o atendimento ao público era ainda bastante limitado: em 1920 a taxa de analfabetismo da cidade alcançava os oitenta por cento (1983, p.14). É preciso frisar que essa não era uma especificidade de Varginha: a educação não era um investimento difundido entre os municípios brasileiros até 1930. Afinal, a taxa de alfabetização do país em 1890 era de 14,8% da população e em 1920 teria crescido para 30% (OLIVEIRA, 2014, p.45).

Na década de 1920, foi construído o Hotel do Comércio e o primeiro cinema da cidade, segundo a Câmara Municipal, o Cine Brasil. Em 08 de outubro de 1917, o presidente da Câmara foi autorizado a despendar até a quantia de duzentos mil réis para o aluguel de um campo para a cidade, o “Sport Club” (ACV, 1887, p.26). Na década de 1920 surge o Cinema Íris, um empreendimento de imigrantes italianos. Porém, a grande obra que coroa este período de “modernização” urbana foi inaugurada somente em 1927, empreendimento também de italianos: o Teatro Capitólio. Segundo a Câmara Municipal, a construção demorou dois anos para ficar pronta e foram gastos cerca de 403:000\$000. A cidade já contava com o Teatro Municipal construído em 1904, mas será o luxuoso Capitólio o espaço de encontro da elite: local dos debates das grandes questões do município, dos rumos da economia cafeeira e, especialmente, das amenidades de uma vida urbana.

Considerações Finais

Não é possível afirmar a existência de um único padrão de transformação econômica que tenha influenciado a urbanização no Sul de Minas de início do século XX. Nesse sentido o caso de Varginha é exemplar: uma elite que com esforços ora particulares e individuais, ora institucionais conduzidos pelas determinações da Câmara Municipal, remodelou o espaço urbano de sua cidade. Uma freguesia que vivia às escuras, sem saneamento, sem calçamento, sem serviços públicos, foi dando lugar a uma cidade com ruas e praças calçadas e arborizadas, luz elétrica, telefone, teatros e um pujante comércio regional. Ainda que limitadamente, a dinâmica de diversificação parecia reproduzir o modelo paulista do grande capital cafeeiro, com lideranças como o Major Matheus Tavares diversificando seu capital por meio da construção da ferrovia local ou dos imigrantes italianos que assumiam parte dos negócios voltados ao mundo urbano, com a criação de novas indústrias.

Mas é preciso reforçar, essa capacidade de diversificação era limitada pelo próprio mercado local e pelas articulações externas do município com os outros estados. Assim, de um lado o Sul de Minas como região constituída por pequenos e médios municípios, com pouquíssimas sedes (os núcleos urbanos) com mais de dez mil habitantes, limitou a possibilidade de diversificação da economia, de montagem de uma ampla elite nos moldes do “grande capital urbano” que pudesse participar da formação de variados negócios como ferrovias, bancos, serviços públicos etc. Ademais, conforme os depoimentos de Rubião e Capri, a agricultura varginhense estava fundada em pequenas e médias propriedades. Aqui pode ser que existisse uma diferença ao padrão das elites do grande capital cafeeiro paulista, formada por grandes famílias proprietárias de enormes territórios no interior de São Paulo.

Por outro lado, a proximidade com as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e, ainda mais importante, a profunda articulação comercial com essas duas fronteiras estaduais, fez com que escorresse muito mais do que os produtos das terras sul-mineiras, mas junto com elas o capital por lá acumulado. A ligação com as casas comerciais, bancos, empresas e todo e qualquer tipo de produto originário tanto das praças do Rio de Janeiro como de São Paulo reduziram a capacidade de acumulação da elite de Varginha. Varginha conseguiu, portanto, construir sua modernização. A cidade passou por um amplo processo de urbanização durante as primeiras décadas do século XX, participando do processo de globalização do período e reproduzindo os padrões de consumo mais modernos que o capitalismo podia oferecer. Se esse processo produzia de um lado desigualdade na difusão dessas inovações introduzidas na cidade, por outro lado, a elite varginhense conseguiu conduzir sua modernização conforme suas condições: ora por meio dos investimentos de sua elite local, ora por meio do apoio do governo, limitação que tornava o processo econômico ainda mais político.

Fontes

ACV. *Atas da Câmara Municipal de Varginha*. Museu Municipal de Varginha (1882-1920).

ASM. VEIGA, Bernardo Saturino da. *Almanach Sul-Mineiro*. Campanha: Typhographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874 e 1884.

CRI. *Registro de compra e venda de imóveis*. Cartório de Registro de Imóveis de Varginha, Livro 1-3 (1891-1916).

CAPRI, Roberto. *Minas Gerais: Varginha*. São Paulo: Poci&Co., 1916.

FONSECA, Sylvestre & LIBERAL, João. *Álbum de Varginha*. São Paulo: Pocaí & C., 1920.

RGB – Recenseamento Geral do Brasil. IBGE, 1872. (<http://biblioteca.ibge.gov.br>).

RUBIÃO, Luiz José Álvares. *Álbum de Varginha*. Varginha: Casa Maltese, 1919.

Referências bibliográficas

ÁVILA, Affonso. “Varginha: formação e evolução”. *Revista da Fundação João Pinheiro*. Vol. 13 (7/8). 1983.

CARDOSO DE MELLO, Zélia M. *Metamorfoses da riqueza - São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. “Regionalismo político no Sul de Minas Gerais: notas sobre o movimento separatista de 1892.” SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (Org.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru: EDUSC, 2012.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *A transição da mão-de-obra no Sul de Minas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

COSENTINO, Daniel do Val. *Um Múltiplo de Transições: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais*. Campinas, SP: Dissertação de Mestrado – Unicamp, 2006.

COSTA, Maria Lúcia Prado. *Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado, 1850-1900*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

DELFINO NETTO, Antonio. *O problema do café*. Campinas/São Paulo: Edições Facamp/Editora Unesp, 2009.

DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado – UFJF, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3ª Edição. São Paulo: Kairós, 1983.

GAMBI, Thiago. “Expansão bancária no Sul de Minas em transição (1889-1930)”. SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (Org.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru: EDUSC, 2012.

LANNA, Ana Lúcia. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

LEAL, Victor Nunes Leal. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

LEFORT, José do Patrocínio. *Varginha: monografia histórico-geográfica e estatístico-religiosa pelo centenário da paróquia a 1 de junho de 1950*. São Paulo: São José, 1950.

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: vale do Paraíba século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998.

MARTINS, Marcellino & JOHNSTON, E. *150 anos de café*. S/L. Salamandra Consultoria Editorial, 1992.

- MARTINS, Marcos Lobato. “A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas”. SAES, Alexandre; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago (org). *Sul de Minas em urbanização*. São Paulo: Alameda, 2016a.
- MARTINS, Marcos Lobato. “Três visões oitocentistas do Sul de Minas: situação e perspectivas regionais”. SAES, Alexandre; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago (org). *Sul de Minas em urbanização*. São Paulo: Alameda, 2016.
- MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.
- OLIVEIRA, Vinícius Bragança Muller e. *Autonomia regional e financiamento da educação básica: Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, 1850-1930*. São Paulo: Tese de Doutorado – FFLCH/USP, 2014.
- SAES, Alexandre Macchione & MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru: Edusc, 2012.
- SAES, Alexandre Macchione & AVELINO FILHO, Antoniel. “Trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão”. *Cultura Histórica e Patrimônio*, v. 1, p. 39-64, 2012.
- SAES, Alexandre Macchione & ROSA, Elton Rodrigo. “Mercado pontual: atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920)”. *Estudos Econômicos*. São Paulo: FEA/USP, v. 43, n. 4, Dec. 2013 .
- SAES, Alexandre Macchione, CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. “Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)”. SAES, Alexandre; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago (org). *Sul de Minas em urbanização*. São Paulo: Alameda, 2016.
- SAES, Alexandre; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago (org). *Sul de Minas em urbanização*. São Paulo: Alameda, 2016.
- SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763- 1920)*. Varginha: Gráfica-Editora Sul-Mineira, 2003.
- VIDAL, Nico. “Influência da comunidade italiana, em Varginha”. *Jornal Varginha*, nº 60, de setembro de 1999.
- VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Econômica - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.